



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA**

Processo TC nº 01213/12

Objeto: Licitação – Pregão
Relator: Cons. Umberto Silveira Porto
Responsável: Sr. Rubens Germano Costa
Entidade: Prefeitura Municipal de Picuí

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – LICITAÇÃO – CONTRATO—APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO - ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93.

Julgam-se regulares a licitação e o contrato dela decorrente. Arquivamento.

ACÓRDÃO AC1 – TC - 01381/2.012

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº **01213/12**, que trata de licitação, na modalidade Pregão Presencial, nº 004/12, seguida dos Contratos nºs 04/12 e 05/12, realizada pela Prefeitura Municipal de Picuí, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para as Secretarias Municipais, ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, por unanimidade, na conformidade do voto do relator, em:

- 1) **julgar regulares** a licitação mencionada e os contratos dela decorrentes;
- 2) **determinar** o arquivamento do processo.

Presente ao julgamento a representante do Ministério Público junto ao TCE/PB. Publique-se e cumpra-se.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara, em 14 de junho de 2.012.

**UMBERTO SILVEIRA PORTO
CONS. RELATOR E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA**

Processo TC nº 01213/12

Objeto: Licitação – Pregão
Relator: Cons. Umberto Silveira Porto
Responsável: Sr. Rubens Germano Costa
Entidade: Prefeitura Municipal de Picuí

RELATÓRIO

Trata o presente processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial, nº 004/12, seguida dos Contratos nºs 04/12 e 05/12, realizada pela Prefeitura Municipal de Picuí, objetivando contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para as Secretarias Municipais.

A Auditoria, em seu relatório preliminar de fls. 316/318, após examinar a documentação constante do processo, concluiu pela regularidade do procedimento licitatório e do contrato dele decorrente.

Em face da conclusão a que chegou a Auditoria, o processo não tramitou pelo Ministério Público para a emissão de parecer escrito.

É o relatório, informando que foram expedidas as notificações de praxe.

VOTO

Diante do que foi exposto,

VOTO para que os senhores Conselheiros, membros da 1ª Câmara deste Tribunal do Estado da Paraíba: **julguem regulares** a licitação e o contrato dela decorrente, determinando-se o arquivamento do processo.

É o Voto.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara, em 14 de junho de 2.012.

Cons. **UMBERTO SILVEIRA PORTO**
Relator e Presidente em Exercício